

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ENSINO ESPECIAL EM ANGOLA

Constância Chipimo Lino

Doutoranda na Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, Lisboa, Portugal.

Constancialino78@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o percurso do ensino especial em Angola, tendo como fonte de dados os documentos oficiais do governo angolano referentes a temática. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, na qual os documentos oficiais são analisados sob a ótica da análise crítica do discurso. A análise parte da inexistência de políticas educacionais ligadas à Educação Especial no regime colonial. A expansão do ensino especial com o fortalecimento de políticas públicas e pela inserção do país no cenário mundial acerca da discussão dos temas relativos à pessoa com deficiência com vistas à implementação de uma política educacional na perspetiva da educação inclusiva. Constituição da Educação Especial com o reacender da guerra civil entre os anos de 1991 a 2001, denominado como II República. O cenário da Educação Especial em tempos de paz, com o calar das armas a partir do ano de 2002. Neste mesmo ano, o governo angolano investiu na elaboração e aprovação de documentos e legislações voltados ao Ensino Especial e registou, nos doze anos do pós-guerra (2002-2014), um aumento expressivo de 284% de alunos com Necessidade de Ensino Especial matriculados. Pode-se afirmar que a efetiva implementação da Educação Especial ocorre com o fim da guerra civil, com a formação dos professores, com a aprovação de políticas públicas e a influencia advinda de parcerias com as Nações Unidas.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Ensino Especial; Angola.

Introdução

Este estudo tem como objetivo, analisar o percurso do ensino especial em Angola, tendo por fonte de dados os documentos oficiais do governo angolano referentes a temática, com o intuito de identificar os significados das formulações sobre a Educação Especial em relação à conjuntura política e econômica dados os diferentes momentos da história do país, além das relações políticas estabelecidas com organismos internacionais. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, na qual os documentos oficiais são analisados sob a ótica da análise crítica do discurso (CELLARD, 2008).

O estudo foi dividido em duas seções que se articulam para as análises, além desta introdução: a) O começo da Educação Especial e o reacender da guerra civil; b) Educação Especial em tempos de reconciliação Nacional, e por fim, as considerações finais.

Diante do exposto, salienta-se que o presente estudo se justifica como subsídio à compreensão das políticas educacionais de inclusão em Angola, revigoradas pelos movimentos sociais e validadas pelo governo angolano aos documentos internacionais (ONU, 2006;).

O começo da Educação Especial e o reacender da guerra civil

Angola é uma ex-colônia portuguesa e de acordo com o Instituto Nacional para a Educação Especial (INEE 2008) “o sistema educativo colonial não contemplava o atendimento escolar das pessoas com deficiência”. Foi a nível privado, em 1972 (ainda no sistema colonial), que começou o ensino direcionado especificamente às crianças com necessidades especiais em território angolano, iniciando com 10 crianças cegas. Foi no período pós-independência, em 1979, que foi implementada a Educação Especial e posteriormente, em 1980, criado o Departamento Nacional para a Educação Especial.

O princípio da educação inclusiva foi adotado na Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, por meio da Declaração de Salamanca ocorrido na Espanha em 1994, reafirmado no Fórum Mundial de Educação da UNESCO (2001) e apoiado pelas Regras das Nações Unidas em Igualdade de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências. O princípio foi debatido novamente em novembro de 2008 na 48ª Conferência Internacional de Educação em Genebra. A educação inclusiva baseia-se no direito de todos – crianças, jovens e adultos,

a receberem educação de qualidade que satisfaçam as suas necessidades básicas de aprendizagem que enriqueçam as suas vidas.

A abertura internacional à Educação Especial em Angola caracterizou-se no encontro Nacional sobre A Educação para Todos em Luanda, realizado pelo Departamento Nacional para a Educação Especial em 1991. O encontro foi mediado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD; ambos fundamentados nas recomendações da Conferência Mundial de Educação para Todos ocorrida em 1990 em Jomtien/Tailândia (MBEMBA, 1998). O resultado desse encontro reconheceu as realidades de diferentes países e possibilitou o início de novas reflexões acerca do Ensino Especial em Angola. Dentre as mudanças e ações realizadas pelo Departamento Nacional para a Educação Especial, encontra-se a nomeação de chefes de seção para a área de educação especial em todas as delegações provinciais de educação do país, que visou incentivar os gestores e profissionais da educação a ampliarem o ensino especial em todas as províncias (MBEMBA, 1998; ANGOLA, 2006).

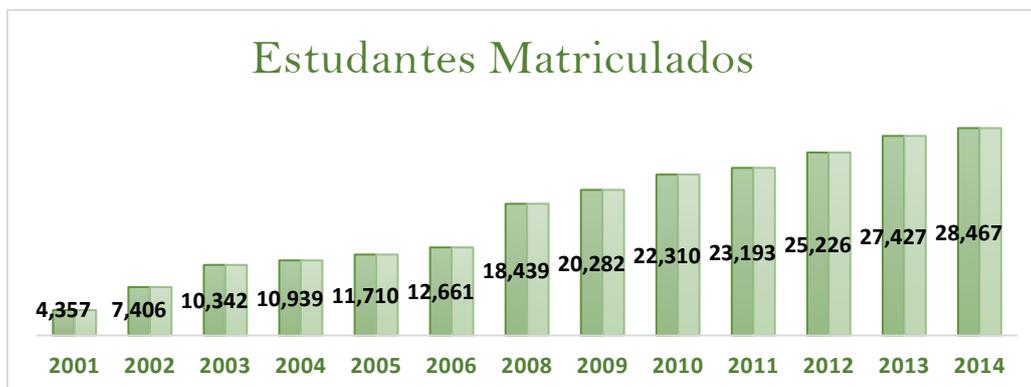
Os serviços de Educação Especial durante o período de guerra civil, de 1991 a 2001 na II República foram extremamente limitados. Matos (1998) ressalta um levantamento realizado no ano de 1998, no qual foram identificadas mais de 5.000 crianças com deficiências em todo país, considerando a dificuldade de comunicação e acesso devido à guerra. Segundo a autora, apenas aproximadamente 500 crianças com deficiência recebiam atendimento educacional, distribuídos em quatro escolas especiais, duas localizadas na Província de Luanda, uma na Huíla e uma em Benguela, deste modo, as restantes 4.500 crianças, como consequência ficavam em casa sem receber atendimento, ou frequentavam as aulas das escolas regulares onde eram segregadas, uma vez que as escolas não tinham formação adequadas para compreender o processo de inclusão dessas crianças (MATOS, 1998).

Educação Especial em tempos de reconciliação Nacional

Com o fim da guerra em 2002, a consolidação da reconciliação nacional facilitou e incentivou a expansão do ensino especial a todas as províncias do país (ANGOLA, 2015). O gráfico 01 indica o número de alunos com Necessidade de Educação Especial

matriculados no sistema de ensino em Angola entre os anos de 2001 a 2014, essa prova traz significativas mudanças no ensino especial.

Gráfico 01 – Progresso das matriculas dos alunos com Necessidades Especiais entre 2001 a 2014



Fonte: Elaboração própria baseada em ANGOLA 2006 e 2015.

Como mostra o gráfico 01, em 2014 houve o registo de 28.467 alunos sujeitos da Educação Especial matriculados em 775 escolas ‘regulares/inclusivas’ e 20 escolas especiais em todo o país. As províncias de Cabinda, Malanje e Uíge não possuem Escolas Especiais na sua estrutura educacional, já as províncias de Benguela e Luanda possuem respetivamente 3 e 4 escolas especiais. As demais regiões registam 1 escola especial por província. Vale recordar que no ano de 1998 havia o registo de apenas 500 alunos contemplados nos atendimentos do ensino especial, já o gráfico 01 demonstra numa escala crescente o registo de 7.406 alunos matriculados no ano de 2002, posteriormente em 2006 o número de 12.661 alunos, e em 2014 o índice atinge o quantitativo de 28.467 alunos. Logo, nos doze anos do pós-guerra (2002 a 2014) verificou-se o aumento expressivo de 284% dos alunos sujeitos da Educação Especial matriculados no Sistema de Ensino angolano, o que corresponde a um aumento médio da ordem dos 11,9% ao ano.

Considerações finais

Num país pós-conflito, a Escola Especial e a inclusão escolar de crianças com NEE constituem um caminho repleto de desafios. A política nacional de Educação Especial perspetiva uma escolaridade cada vez mais inclusiva, com vista à integração social, evitando a exclusão das crianças com NEE e beneficiando desse modo o desenvolvimento das competências de cada criança, dando oportunidades para que possam exercê-las dentro da escola, família e sociedade.

Passado 41 anos após a primeira proposta de ensino, vemos se alargar o reconhecimento dos direitos às pessoas com deficiência, na sua mais significativa simbologia e concretização por meio dos dados referentes ao número de escolas e matrículas de alunos com deficiência no sistema de ensino. Isso nos leva a concluir que talvez o tempo passado não tenha oferecido respostas satisfatórias quanto a exclusão educacional das pessoas com deficiência em Angola, esperemos que os tempos vindouros tragam mudanças significativas a Educação Especial que justifique os direitos que lhes foram impedidos no passado.

Referências

ANGOLA, República de. Ministério da Educação. Instituto Nacional para a Educação Especial (INEE). **Projecto da Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar**. Ministério da Educação. Luanda, 2015.

ANGOLA, República de. Ministério da Educação. Instituto Nacional para a Educação Especial (INEE). **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola 2007-2015**. Instituto Nacional para a Educação Especial, Luanda, 2006.

ANGOLA, República de. Ministério da Educação. Instituto Nacional para a Educação Especial (INEE). **I. Encontro metodológico sobre a Educação Especial**. Luanda, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. In.: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MATOS, Olinda Josefa de. A educação especial em Angola. In. **Necessidades Educativas Especiais em Angola**. Dakar-Senegal: Ibrahima Ndiaye, UNESCO, 1998.

MBEMBA, Valeriano Valodia. Angola e Unesco. In. **Necessidades Educativas Especiais em Angola**. Dakar-Senegal: Ibrahima Ndiaye, UNESCO, 1998.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Resolução A/61/106, 13/12/06. Nova York: Nações Unidas, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 24 Ago. 2020.